



Justa Informa





Justa Informa

Justa Informa Edição Nº 2018

EDITORIAL

Estimados parceiros e amigos da JustaPaz! Novo ano começou e novos desafios nos são colocados. Nas edições anteriores tivemos a oportunidade de partilhar com os estimados parceiros e amigos das realizações do plano estratégico 2012 a 2017.

2018 Começa um novo plano estratégico com novos desafios para todos os colaboradores que de tudo fazem para ver a organização em pé. Pretendemos continuar a partilhar nossas realizações e desafios com vista acolher ideias e ou opiniões conducentes ao melhoramento dos programas da organização para o melhor desenvolvimento de Moçambique e de outros países no geral.

Acreditamos que o novo plano estratégico 2018 - 2022 será de grandes reflexões e realizações primando sempre na Gestão Orientada para os Resultados (GOR) que sempre foi o foco da JustaPaz. Por isso, a JustaPaz como organização é lhe colocada a tarefa de mais fazer para o futuro tanto do staff como profissionais, bem como para os usuários para os quais dedica as suas actividades.

No presente plano estratégico, a JustaPaz continuará a primar pela negociação, diálogo, mediação e na capacitação em conteúdos de gestão e transformação de conflitos através dos seguintes pilares de actuação: Conselhos Consultivos Distritais, Lideranças Religiosas e os Tribunais Comunitários.

Nesta edição do nosso boletim Justa Informa encontrarão informação relevante sobre as actividades realizadas ao longo do primeiro semestre de 2018, além das perspectivas para os próximos três meses, Julho a Setembro.

É desejo da JustaPaz que tanto os colaboradores bem como os nossos leitores, tenhamos forças e capacidades necessárias para continuarmos com a abnegada tarefa de munirmos a sociedade com habilidades de uma transformação sensível ao conflito rumo a uma paz por todos almejados.

PROGRAMAÇÃO DAS ACTIVIDADES.

Governança e Direitos Humanos

1. Contactar o Ministério da Administração Estatal e Função Pública para a apresentação das actividades.
2. Realização de estudo de base em 15 distritos das 5 províncias, sendo 1 província na zona sul, 3 na zona centro e 1 na zona norte.
3. Realizar 4 debates de troca de experiencia com os conselhos consultivos distritais.

Abordagem Religiosa para a edificação da paz

1. Contactar a Direcção Nacional de Assuntos Religiosos para a apresentação do plano de actividades.
2. Realização de estudo de base em 15 distritos das 5 províncias, sendo 1 província na zona sul, 3 na zona centro e 1 na zona norte.
3. Realizar 4 debates de troca de experiencia com os líderes religiosos

Acesso a Justiça

1. Contactar a Direcção Nacional da Administração da Justiça para a apresentação das actividades
2. Realização de estudo de base em 15 distritos das 5 províncias, sendo 1 província na zona sul, 3 na zona centro e 1 na zona norte.
3. Realizar 4 debates de troca de experiencia com os Juizes dos Tribunais Comunitários.

Pesquisa e Instituto de Edificação da Paz para os PALOPs (IEPA)

1. Realização de estudo de base
2. Produção de documentário
3. Preparação do IEPA

ACTIVIDADES REALIZADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Governança e Direitos Humanos

Durante o período em referência, o programa de capacitação dos Conselhos Consultivos Distritais (CCD), manteve através do coordenador do programa, contactos com o Ministério da Administração Estatal e Função Pública com o objectivo de apresentar o plano estratégico no geral e as actividades relacionadas com o programa em particular. Como resultado dos encontros, realizou-se em coordenação com ponto focal do Ministério, o estudo de base com o objectivo de obter os dados iniciais inerentes ao funcionamento dos CCDs, o mesmo foi realizado nas províncias de:

- Nampula (Muecate, Rapale e Murrupula;
- Zambézia (Chinde, Luabo, Mopeia, Morrumbala e Derre)
- Sofala (Gorongosa)
- Tete (Chiuta, Moatize e Changara)
- Inhambane (Govuro, Mabote e Panda)



Justa Informa

Foram igualmente realizados quatro (4) debates (seminários) de troca de experiência sobre o papel dos CCD no desenvolvimento distrital, bem como as formas de negociação com os decisores distritais para que as suas recomendações possam constar no plano económico e social do distrito (PESOD).

1º Debate foi realizado no distrito de Gorongosa na província de Sofala nos dias 17 e 18 de Maio de 2018 envolvendo membros do conselho consultivo distrital.

2º Debate realizou-se no distrito de Govuro na província de Inhambane nos dias 21 e 22 de Maio de 2018, igualmente com membros dos CCD.

3º Debate foi no distrito de Mabote, província de Inhambane nos dias 24 e 25 de Maio de 2018.

O 4º debate por sinal o último neste semestre, aconteceu no distrito de Panda na província de Inhambane também com membros do CCD.

Embora os resultados dos debates não são visíveis a curto prazo, a avaliação que se faz olhando para os resultados do estudo de base e nas intervenções do grupo alvo durante as sessões de troca de experiências, nos levam a acreditar que no futuro, os Conselhos Consultivos irão ter uma outra forma de actuação enquanto actores no processo da governação e desenvolvimento distrital.

Abordagem Religiosa para a Edificação da Paz

No primeiro semestre de 2018, o programa Abordagem Religiosa para Edificação da Paz manteve um encontro com a Direcção Nacional de Assuntos Religiosos e o mesmo serviu para partilhar as actividades tanto do plano estratégico no seu todo assim as do programa em particular. Mais ainda, o encontro serviu para delinear estratégias de implementação das actividades do campo. Pelo facto de a Direcção Nacional de Assuntos Religiosos não ter implantado até então delegações provinciais, optou-se em usar os mesmos canais do programa Acesso a Justiça atendendo que os conservadores distritais velam para além dos Tribunais Comunitários mas também de Assuntos Religiosos.

Em coordenação com a Direcção Nacional de Administração da Justiça, foi realizado um Estudo de Base em quinze (15) distritos das zonas Norte, Centro e Sul de Moçambique: Nampula (Muecate, Rapale e Murrupula); Zambezia (Chinde, Luabo, Mopeia, Morrumbala e Derre); Sofala (Gorongosa); Tete (Chiuta, Moatiza e Changara); Inhambane (Govuro, Mabote e Panda). O estudo de base tinha como objectivo de:

1. Aferir o tipo de conflitos predominantemente apresentados aos líderes religiosos pelas comunidades;
2. Saber que métodos os líderes religiosos usam para dirimir esses conflitos apresentados;

Ainda neste período de Janeiro a Junho de 2018, foram realizados quatro (4) debates de troca de experiências com Líderes Religiosos dos distritos de Gorongosa, Govuro, Mabote e Panda sobre conteúdos de Transformação de Conflitos. Participaram destes debates, representantes de diferentes confecções religiosas entre Cristãos e Muçulmanos.



Líderes Religiosos do distrito de Gorongosa reunidos em grupos de trabalho.

Programa Acesso a Justiça

O Programa Acesso a Justiça, tem como foco capacitar os Juizes dos Tribunais Comunitários em técnicas de mediação de conflitos. Tal como nos anteriores programas, neste também foram mantidos encontros com a Direcção Nacional da Administração da Justiça para a apresentação do plano de actividades desta componente para os próximos 5 anos. Nos encontros, foram acordadas as linhas gerais de interacção e implementação das actividades de campo, tendo sido indicado o ponto focal ao nível da Direcção Nacional da Administração da Justiça, por sinal o mesmo para o programa de Abordagem Religiosa, com a missão de ser elo de ligação entre a JustaPaz e a DNAJ e na coordenação com as direcções provinciais da Justiça bem como com os conservadores distritais para a implementação das actividades de campo.



Justa Informa

Com base no exposto em cima, foi possível neste período realizar um estudo de base em (14) distritos das províncias de Nampula (Muecate, Rapale e Murrupula); Zambézia (Chinde, Luabo, Mopeia, Morrumbala e Derre); Sofala (Gorongosa); Tete (Chiuta, Moatize e Changara) e Inhambane (Mabote e Panda). O mesmo, serviu para ter uma linha de base sobre o funcionamento dos tribunais comunitários bem como o uso ou não da mediação como mecanismo alternativo de resolução de conflitos.

Foram ainda realizados neste período, três (3) debates de troca de experiências com Juizes dos Tribunais Comunitários em matérias de Análise e Mediação de Conflitos bem como a divulgação da Lei 4/92 de 6 de Maio que cria os Tribunais Comunitários.

O 1º debate foi realizado no distrito de Gorongosa na província de Sofala.

O 2º no distrito de Mabote na província de Inhambane e

O 3º no distrito de Panda na província de Inhambane.



Juizes dos Tribunais Comunitários do distrito de Panda

Pesquisa e IEPA

Na área da pesquisa, estão sendo desenvolvidos documentos contextualizados sobre a problemática de transformação de conflitos, edificação da paz e a necessidade de prover direitos humanos em qualquer intervenção feita aos cidadãos.

Por isso, em parceria com CEDES – Comité Ecuménico Para o Desenvolvimento Social, a JustaPaz produziu um documentário intitulado **“Reassentamentos e observância de direitos humanos: Caso do Parque Nacional do Limpopo (PNL) e Administração Regional de Águas do Sul –ARA SUL”**.

Nele procura-se mostrar as questões pendentes por resolver para as comunidades já reassentadas no âmbito do PNL e por se reassentar, relativamente aos direitos humanos. O documentário mostra evidências dos sinuosos caminhos para a consolidação do Parque Nacional do Limpopo (PNL), consequências reais do reassentamento e observância dos direitos humanos.

JustaPaz e seu envolvimento no Secretariado Nacional de Revisão periódica Universal

O ano de 2011 marca o início da avaliação do Estado Moçambicano sobre a situação dos direitos humanos no Mecanismo de Revisão Periódica Universal -MRPU). Desde então, a JustaPaz juntamente com outras organizações da Sociedade Civil tem se envolvido na elaboração e submissão do relatório sombra do país, sobre os direitos humanos.

Mais ainda, a partir de 2018, a JustaPaz engaja-se, num projecto de “Monitoriada Implementação das Recomendações de Revisão Periódica Universal em Moçambique”. Um Projecto que surge para monitorar a implementação das recomendações sobre os direitos humanos e adoptadas pelo Estado moçambicano, em sede da Comissão Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas durante a avaliação de pares decorrida na 24ª Sessão da Revisão Periódica Universal – RPU, que teve lugar de 18 à 29 de Janeiro de 2016.

Assim, no seguimento deste projecto, a JustaPaz é membro activo e responsável pelo cluster 3, sobre educação, saúde, água e saneamento.

No primeiro semestre de 2018, em parceria com outras organizações parte do projecto,

- Produziu-se o plano anual de trabalho 2018/2019,
- Concebeu-se o logótipo do projecto,
- Implementou-se três workshops regionais com vista a promover um diálogo construtivo e inclusivo entre os vários actores estão, para-estatais e sociedade civil no âmbito da implementação das recomendações do 2º Ciclo do Mecanismo da Revisão Periódica Universal do Conselho dos Direitos, à luz da Resolução 5/1 do CDH, em que o país foi objecto de avaliação de pares, cujas recomendações finais foram adoptadas em sede da 25ª Sessão da RPU do CDH (2 à 13 de Maio de 2016), em Genebra, Suíça.



Justa Informa

- Implementou três work shops nas regiões do país com vista a formação em direitos humanos para aprofundar os conhecimentos teóricos e conceptuais no contexto local, regional e internacional; bem como aprimorar as capacidades do pessoal do Secretariado e das organizações parceiras da sociedade integrantes da plataforma, no estabelecimento de vínculos em questões de direitos humanos tendo em vista a monitoria da implementação das recomendações do 2º Ciclo do Mecanismo da Revisão Periódica Universal.

Foram ainda neste primeiro semestre, implementadas actividades do Projecto: "Melhorar a Implementação das Recomendações da Revisão Periódica Universal (MRPU) em Moçambique, através do Fortalecimento do Papel de Monitoria da Sociedade Civil",

IEPA

O IEPA é um programa que acontece uma vez por ano, ou seja, anualmente e seleccionado um tema da actualidade e é discutido numa conferência de um ou dois dias. Os primeiros 6 meses de 2018 serviram para elaborar o concept note e preparação do Instituto de Edificação da Paz para os países africanos de língua oficial portuguesa, a ter lugar em Julho de 2018 na cidade de Chimoio, província de Manica. **"Reconciliação Nacional em Moçambique: Desafios e constrangimentos"**. Foi o tema escolhida para nortear os trabalhos da conferência.

Perspectivas para o terceiro trimestre (Julho a Setembro de 2018)

Os programas de Governação e Direitos Humanos, Abordagem Religiosa e Acesso a Justiça, prevêem realizar 5 debates de troca de experiência em cada programa nos distritos de Chinde, Luabo, Mopeia, Morrumbala e Derre na província da Zambézia.

O programa Pesquisa e IEPA, prevê realizar na cidade de Chimoio, província de Manica, uma conferência de Edificação da Paz para os PALOPs.

Entrevista do Justa Informa

Nesta rubrica de entrevista do Justa Informa, convidamos o coordenador do programa de Governação e Direitos Humanos Jorge Eugénio Saiete para fazer uma retrospectiva do anterior plano estratégico e perspectivas para o novo plano 2018 a 2022.

Pergunta: 2017 foi o ano do fechado plano estratégico 2013 – 2017. Quais são as lições tiradas nesse período de vigência do plano?

R/ No plano estratégico que terminou em 2017 tiramos como lições aprendidas a importância do uso de manuais em banda desenhada.

Estes manuais facilitam a compreensão dos vários tópicos aos nossos capacitados uma vez que boa parte deles tem baixo nível de escolaridade. Nos pareceu uma boa lição também, o recurso às rádios comunitárias, por exemplo em Tete, para a passagem das mensagens relativas a governação sensível aos conflitos e a difusão de técnicas de transformação de conflitos.

Pergunta: Referimo-nos anteriormente que Jorge E. Saiete é Coordenador do Programa Governação e Direitos Humanos. Quais são as principais actividades deste programa?

R/ Basicamente as actividades deste programa se resumem a capacitação dos membros dos conselhos consultivos em matérias relativas a planificação distrital sensível a conflitos e aos direitos humanos. O que se pretende é que os instrumentos de governação local sejam inclusivos e transparentes para a minimização da conflitualidade durante a sua implementação e que tenham em conta a promoção e o respeito aos direitos humanos, mormente o dos grupos mais desfavorecidos da nossa população.

Pergunta: Sente-se motivado a continuar a ser colaborador da JustaPaz? Porque?

R/ sinto-me motivado sim, uma vez que o trabalho que desenvolvo esta ligado a minha área de formação académica

Pergunta: 2018 inicia um novo ciclo do plano estratégico com duração de cinco (5) anos ou seja, 2018 a 2022. O que é que espera deste novo plano estratégico?

R/ espero que continuemos a batalha em prol da adopção de uma governação sensível a conflitos a nível local e que o respeito pelos direitos humanos seja a base do processo governativo.

